

II ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS PARA A PAZ
JOÃO PESSOA/PB – 20 A 22 DE SETEMBRO DE 2017

ÁREAS TEMÁTICAS: TEORIAS SOBRE A PAZ E SEGURANÇA E
DESARMAMENTO

**DILEMA DA SEGURANÇA E OS DESAFIOS PARA A PAZ: O
DEBATE TEÓRICO**

Prof. Flávio Pedroso Mendes (Universidade Federal de Uberlândia)

Resumo: Este ensaio tem como tema o ‘dilema da segurança’, um dos conceitos mais recorrentes e explorados na literatura de política internacional dos últimos 50 anos. A discussão se apoiará eminentemente no Programa de Pesquisa Científica do Realismo Estrutural e nos seus desdobramentos internos. A discussão teórica buscará demonstrar a pervasividade do dilema da segurança nos relacionamentos políticos internacionais, que não se restringe à mera competição armamentista e tecnológica, perpassando transformações políticas, econômicas e sociais mais complexas. Demonstrar-se-á, por meio de suas principais formulações moderna, a origem sistêmica do dilema da segurança, bem como sua função de elo lógico entre os atributos estruturais e as resultantes internacionais no construto teórico waltziano, em particular o *trade-off* essencial entre os incentivos de autoajuda e a construção da paz como possível objetivo universal. Também será discutida a centralidade do dilema da segurança nos principais debates teóricos do campo, como na clivagem entre realismo defensivo e realismo ofensivo. Conclui-se com a breve consideração de uma das tentativas mais recentes de sintetizar e delimitar o dilema da segurança como fenômeno-chave para a apreensão das dinâmicas políticas internacionais no século XXI.

Introdução

Este ensaio tem como tema o ‘dilema da segurança’, um dos conceitos mais recorrentes e explorados na literatura de política internacional dos últimos 50 anos (Schweller, 1996; Glaser, 1997; Taliaferro, 2000; Collins, 2004). A discussão se apoiará eminentemente no Programa de Pesquisa Científica do Realismo Estrutural e nos seus desdobramentos internos.

A discussão teórica buscará demonstrar a pervasividade do dilema da segurança nos relacionamentos políticos internacionais, que não se restringe à mera competição armamentista e tecnológica, perpassando transformações políticas, econômicas e sociais mais complexas. Demonstrar-se-á, por meio de suas principais formulações modernas (Herz, 1950; Butterfield, 1951; Jervis, 1978), a origem sistêmica do dilema da segurança, bem como sua função de elo lógico entre os atributos estruturais e as resultantes internacionais no construto teórico waltziano (Waltz, 1979), em particular o *trade-off* essencial entre os incentivos de autoajuda e a construção da paz como possível objetivo universal. Também será discutida a centralidade do dilema da segurança nos principais debates teóricos do campo, como na clivagem entre realismo defensivo e realismo ofensivo. Conclui-se com a breve consideração de uma das tentativas mais recentes (Tang, 2010) de sintetizar e delimitar o dilema da segurança como fenômeno-chave para a apreensão das dinâmicas políticas internacionais no século XXI.

Dilema da Segurança: debates e implicações teóricas

O vínculo entre a anarquia do sistema internacional e os efeitos políticos esperados pelo realismo estrutural¹ não é automático, como vários críticos apontaram desde a elaboração da teoria de Waltz (Wendt, 1992; Milner, 1993). O elo entre o princípio de ordenação e as resultantes sistêmicas só pode ser feito mediante a consideração de uma realidade ontológica com que, de acordo com o seu principal elaborador moderno, “as sociedades humanas tiveram de lidar desde o despertar da história” (Herz, 1950, p. 157). Numa das mais eloquentes caracterizações do fenômeno, Herz define da seguinte forma o dilema da segurança:

Onde quer que tal sociedade anárquica tenha existido — e ela existiu em algum nível na maioria dos períodos da história conhecida — surgiu o que pode ser chamado de ‘dilema da segurança’ de homens, grupos ou seus líderes. Grupos ou indivíduos vivendo em tal constelação devem estar, e geralmente estão, preocupados com sua segurança quanto a ser atacado, subjugado, dominado ou aniquilado por outros grupos ou indivíduos. Esforçando-se por obter segurança quanto a tais ataques, eles são movidos a adquirir mais e mais poder de modo a escapar ao impacto do poder alheio. Isto, por sua vez, torna os demais mais inseguros e os obriga a prepararem-se para o pior. Como ninguém pode jamais sentir-se inteiramente seguro em tal mundo de unidades em competição, segue-se uma competição por poder, e o círculo vicioso de acumulação de segurança e de poder está instalado (Herz, 1950, p. 157; tradução em Diniz, 2002, p. 13).

O dilema da segurança retrata, portanto, a trágica situação em que grupos políticos preocupados com sua própria sobrevivência buscam constantemente adquirir meios para garanti-la, incrementando suas capacidades; isso, no entanto, aumenta a insegurança dos demais, temerosos de que os incrementos adicionais dos outros sejam utilizados ofensivamente, e tratam de aumentar suas próprias capacidades para fazer frente à ameaça potencial. Instaura-se um círculo vicioso, um espiral de incerteza, que acaba por aumentar a insegurança e desconfiança gerais. Na base lógica do dilema da segurança reside uma realidade tática e estratégica relacionada à ambiguidade dos meios de força², ou seja, ao fato de que as mesmas capacidades militares podem ser usadas

¹ Em uma lista que não se pretende exaustiva, esses efeitos incluem: competição, imitação de práticas bem-sucedidas, balanceamento de poder, medo, desconfiança, crises e guerras (Waltz, 1979; 1988; Mearsheimer, 1995; 2001).

² Nos termos da teoria da guerra de Clausewitz, tática se refere ao emprego dos meios de força no combate, ao passo que a estratégia informa o uso combinado dos combates para a consecução do objetivo político da guerra. (Clausewitz, 1993; Proença Jr., Diniz & Raza, 1998). Para compreender por que a ambiguidade dos meios de força deve ser apreendida a partir de ambas as dimensões (tática e estratégia), ver Diniz (2002).

tanto para ações ofensivas quanto para fins defensivos. O dilema da segurança fornece, com efeito, a rationale do realismo estrutural e reflete os dois processos pelos quais, para Waltz, a estrutura do sistema internacional exerce indiretamente os seus efeitos: competição e socialização (Waltz, 1979, p. 127).

O dilema da segurança tem sua manifestação material mais evidente na dinâmica competitiva de criação, aperfeiçoamento e produção de sistemas de armamentos e de tecnologias que viabilizem o emprego da força (McNeill, 1982; O'Connell, 1985), porém não se restringe a essa dinâmica. Com efeito, processos políticos, econômicos e sociais mais amplos podem ser enquadrados analiticamente e compreendidos a partir da lógica do dilema da segurança, na medida em que tenham gerado vantagem competitiva a determinados grupos políticos e engendrado, em função disso, um processo dinâmico de emulação envolvendo grupos políticos rivais.

Assim, a formação de alianças em sistemas multipolares, um fenômeno eminentemente político, pode produzir um efeito desestabilizador no sistema internacional por conta da exacerbação do dilema da segurança, simplesmente porque somar potências gera – literalmente - grande potencial, que pode ser (politicamente) empregado para defender ou revisar o status quo (Waltz, 1988; Christensen & Snyder, 1990). No alvorecer da Europa moderna, a própria constituição e proliferação dos Estados territoriais, entendidos como uma forma organizacional mais eficiente para centralizar e arregimentar os recursos sociais necessários para colocar em campo os exércitos capazes de fazer a guerra na escala que a realidade bélica passara a admitir, só fazem sentido com um dilema da segurança de alcance continental como pano de fundo. Este é, naturalmente, um elemento central dos argumentos construídos por Kennedy (1988) e Tilly (1990). Finalmente, quando a Revolução Francesa “descobriu” o nacionalismo, por acidente ou desígnio, o evidente potencial de uma “nação em armas”, fornecedora dos insumos para a constituição de exércitos de massa e disposta a sustentar os esforços da guerra em escala continental, restaram poucas alternativas às atônitas e conservadoras cortes europeias senão a implementação gradual de reformas militares, políticas e sociais que transformassem os seus soldados em cidadãos. Nas palavras de Posen:

A Revolução Francesa deu à Europa o seu primeiro exército de massa moderno. O poder combatente desse exército de massa dependia do

nacionalismo. Aqueles que subsequentemente imitaram o exército de massa foram forçados a também imitar o seu nacionalismo³ (Posen, 1993a, p. 92).

Ainda mais ao ponto:

Eu iria além e especularia que a mobilização do nacionalismo para a guerra ofensiva depende em algum grau da intensidade do “dilema da segurança”, a condição frequente na política internacional em que estados não podem se tornar seguros sem deixar os outros inseguros. Assim, o nacionalismo agressivo deve ser encontrado com mais frequência em estados-nação que encontrem maiores dificuldades em assegurar sua segurança nacional por meios militares mais defensivos⁴ (Posen, 1993a, p. 124; *aspas no original*).

Uma ressalva, entretanto, deve ser feita quanto às observações anteriores. Processos políticos, econômicos e sociais, quando afetam o dilema da segurança, só o fazem na medida em que tenham impacto sobre realidades táticas, ou seja, sobre as dinâmicas propriamente combatentes. A distinção feita anteriormente entre o elemento mais direto e material do dilema, expresso na competição armamentista e tecnológica, e aspectos conjunturais mais amplos, pode facilmente levar à conclusão equivocada de que o dilema se manifesta também em domínios logicamente separados do emprego da força em si. Ocorre que, tudo que pode se converter em um problema de segurança – ou seja, que afete a probabilidade de que um grupo seja destruído ou dominado (Lynn-Jones, 1995, p. 664) – só o faz se, e na exata medida em que, afetar as condições e possibilidades do combate. É da própria natureza do fenômeno bélico que tudo aquilo que seja conseqüente derive, direta ou indiretamente, do enfrentamento (Clausewitz, 1993, p. 110; Proença Jr., 2011; Duarte & Mendes, 2015).

De volta às origens, para Herz o dilema da segurança é eminentemente estrutural⁵ e nada tem a ver com uma suposta natureza humana: “se o homem é naturalmente pacífico e cooperativo, ou dominador e agressivo, não é a questão” (Herz, 1950, p. 157). Assim, apenas as duas condições supostas por Waltz (1979, p. 121) em seu processo de teorização – “que a ordem seja anárquica e povoada por unidades que

³ Para as vantagens organizacionais e propriamente combatentes de um exército nacional, ver Delbrück (1990), vol. IV.

⁴ Este argumento é elaborado com mais detalhes em Posen (1993b), retomado abaixo. Para um levantamento e discussão de hipóteses relacionando nacionalismo e guerra, ver Van Evera (1994). Para a previsão de que uma Alemanha desnuclearizada no pós-Guerra Fria, na eventual ausência da OTAN, tenderia a compensar esta deficiência pela reincorporação do hipernacionalismo como forma de sustentar um exército de massa, ver Mearsheimer (1990).

⁵ O argumento de Herz, porém, é anterior ao rigoroso tratamento do tema dado em Waltz (1979). No entanto, o evidente papel causal desempenhado pela “sociedade anárquica” (Herz, 1950, p. 157) fornece à discussão de Herz uma base sistêmica, ainda que incipiente.

desejem sobreviver” - satisfazem as condições de operacionalidade do dilema da segurança, da forma elaborada por Herz. Ainda segundo Herz, o dilema da segurança é a causa sumarizada do histórico de fracassos dos grandes movimentos sociais e políticos modernos de caráter idealista e transformador⁶ (Herz, 1950, pp. 159-180).

Contemporaneamente a Herz, Butterfield trazia outra contribuição fundacional ao estudo do dilema da segurança. Este autor atribuía o fenômeno ao que chamou de “medo hobbesiano” e de “pecado universal da humanidade”. Contudo, ao retratar o dilema da segurança, Butterfield nega o princípio causal identificado e sugere que se trata de uma resultante não-intencionada de origem estrutural:

A maior guerra da história pode ser produzida sem a intervenção de qualquer grande criminoso que deseje deliberadamente fazer mal ao mundo. Ela poderia ser produzida entre duas potências, ambas desesperadamente ansiosas para evitar qualquer tipo de conflito (Butterfield, 1951, p. 19-20).

Inconsistências à parte, Butterfield é o autor que discute de maneira mais clara uma variável que parece ser central para a discussão do dilema da segurança: a existência ou não de más intenções - ou, colocado de outra forma, se o conflito é real ou ilusório. A ideia é que a competição e, no limite, a guerra, só são frutos de um verdadeiro dilema da segurança se nenhum dos lados envolvidos *originalmente* tencionava causar danos aos demais, mas o embate não pôde ser evitado em função do círculo vicioso imposto pelo dilema da segurança. Este ponto é enfatizado também por Schweller:

Quando o objetivo de um ou mais Estados é algo além da segurança mútua, o conflito não é aparente, mas real; e por ser real, a consequente insegurança não pode ser atribuída ao dilema da segurança. Os Estados adquirem mais armas não porque interpretam errado os esforços de segurança de outros Estados benignos, mas porque Estados agressivos de fato desejam lhe fazer mal (Schweller, 1996, p. 104).

Assim, Jervis (2001), ao discutir a Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética nos termos do dilema da segurança, chega a conclusões ambíguas. Enquanto, para o autor, parte da competição entre as potências se dava em função de

⁶ O que não significa que a condição estrutural seja a única explicação possível para a recorrência da competição por poder e o colapso de todos os “megamitos da transformação histórica benigna” (Gray, 1999, p. 166). Outros realistas têm apontado há tempos para o desejo de dominação do homem sobre o homem, seja por uma condição imanente (Morgenthau, 2003), seja pela condição hobbesiana de competição por recursos escassos (Orme, 1997); e para a constante capacidade humana de se constituir em grupos que se ameaçam existencialmente pela disposição de matar e morrer em nome daquilo que valorizam (Schmitt, 1996). Para uma formulação contemporânea do argumento, ver Gray (1999).

consequências não intencionadas e desnecessárias da estrutura de força e da postura da potência rival – processo magistralmente descrito e explicado por Schelling (1966) -, essa competição se dava num contexto político em que o status quo internacional era visto como inaceitável, particularmente pela União Soviética. Jervis chama este tipo de situação de “dilema da segurança profundo” (Jervis, 2001, p. 41), apesar de que, na acepção de Butterfield e de Schweller, nestes termos não se poderia caracterizar um verdadeiro dilema da segurança. Este ponto será apreciado abaixo, quando for discutido o realismo ofensivo.

O caráter estrutural do dilema da segurança também fica claro no estudo de Posen (1993b) acerca de conflitos étnicos, que muitos consideram um importante progresso nesta área de pesquisa. Para Posen, o conflito entre grupos étnicos distintos que habitam um mesmo território tem origem no dilema da segurança gerado por uma situação de “anarquia emergente” (Posen, 1993b, p. 27). Em outras palavras, novas condições de conflito têm lugar a partir do colapso de autoridades centrais pela falência estatal ou desintegração imperial, o que implica uma alteração progressiva de sua estrutura política doméstica à medida que a anarquia substitui a hierarquia como princípio de ordenação. Grupos étnicos previamente submetidos a um governo central, capaz de regular o uso da força entre eles, vêm-se de repente num “estado de natureza” e de autoajuda, responsáveis por prover suas próprias condições de sobrevivência. Neste estudo Posen desenvolve e testa a tese, aludida anteriormente (Posen, 1993a), de que o nacionalismo se torna um instrumento nas mãos daqueles que precisam mobilizar recursos sociais de poder para fazer frente a ameaças externas.

Um terceiro trabalho fundacional e de enorme influência sobre o dilema da segurança foi elaborado por Jervis (1978). Nele, Jervis se preocupa menos com a caracterização do dilema da segurança do que com a possibilidade de sua mitigação. Para Jervis, o dilema da segurança também tem origem estrutural⁷:

[C]entral ao argumento sobre o dilema da segurança é que o aumento da segurança de um Estado pode tornar os outros menos seguros não por percepção errada ou hostilidade imaginada, mas por conta do contexto anárquico das relações internacionais (Jervis, 1978, p. 76).

⁷ Assim como o texto de Herz (1950), o de Jervis (1978) foi escrito antes de Waltz (1979) e, portanto, não possui o mesmo rigor e consistência na caracterização da estrutura política internacional e de seus efeitos sobre o comportamento estatal.

Para Jervis, entretanto, a intensidade do dilema da segurança não é universal e varia em função de fatores geográficos e tecnológicos, na medida em que eles alterem um suposto balanço entre o ataque e a defesa. Em linhas gerais, se num determinado contexto material o lado que defende possui vantagens sobre o lado que ataca, o dilema da segurança perderia parte de sua importância como constrangimento à ação dos Estados. Isso se daria porque um incremento de poder por parte de um Estado potencializaria mais sua capacidade de defesa do que de ataque e, portanto, poderia ser compensado por um investimento proporcionalmente menor por parte de outro Estado que *apenas queira restituir sua margem de segurança*, gerando uma progressão decrescente que tende ao equilíbrio. Porém, se o ataque apresentar vantagens sobre a defesa, segue o argumento, dar-se-ia o inverso: um incremento de poder potencializaria mais o ataque do que a defesa, levando outro Estado que *apenas queira restituir sua margem de segurança* a realizar um investimento proporcionalmente maior, gerando uma progressão ascendente sem ponto lógico de chegada⁸. O dilema da segurança assumiria grande intensidade e a competição seria máxima⁹ (Jervis, 1978, p. 186-214).

Para muitos autores, o dilema da segurança também está no centro de uma das principais clivagens da teoria das relações internacionais das últimas décadas: o debate intraprogramático¹⁰ entre realismo defensivo e realismo ofensivo. A clivagem tem como ponto de partida os efeitos da anarquia sobre o comportamento estatal e a dinâmica da competição pelo poder: os Estados se esforçam para maximizar poder ou simplesmente

⁸ A discussão de Jervis também previa a possibilidade de controle consciente da intensidade do dilema da segurança. Por exemplo, diante da eventual capacidade de distinção entre armamentos ofensivos e defensivos – ou, no caso mais comum de emprego dual, que sejam mais potencializados pelo ataque ou pela defesa –, acordos de controle de armamento poderiam proibir os primeiros e incentivar a aquisição dos segundos. Em teoria, um mundo em que só existissem armamentos exclusivamente defensivos, sem qualquer potencial ofensivo, seria um mundo livre do dilema da segurança (Jervis, 1978, 199). Porém, a pergunta natural é: por que razão eles existiriam? Afinal, contra o quê dever-se-ia defender? De qualquer forma, este mundo, além de livre do dilema da segurança, também deveria necessariamente estar livre da espécie humana, pois, como lembra Mearsheimer (2001), até os braços e pernas de um povo suficientemente motivado podem ser empregados ofensivamente.

⁹ A viabilidade analítica do balanço ataque-defesa, entretanto, fica irrecuperavelmente abalada diante da crítica clausewitziana. A teoria da guerra de Clausewitz, logicamente assentada no relacionamento entre ataque e defesa, funda-se na realidade material a-histórica da superioridade intrínseca da defesa e de suas manifestações estratégicas: os pontos culminantes do ataque e da vitória. Sendo *intrínseca*, portanto essencial e inerente à guerra como fenômeno, a superioridade da defesa não é contingente a determinantes tecnológicos de qualquer natureza. Assim, a base lógica do balanço ataque-defesa – ataque e defesa oscilam historicamente como forma mais eficiente de se fazer a guerra – mostra-se insustentável diante da teoria da guerra. A crítica clausewitziana às abordagens do balanço ataque-defesa é construída seminal e consistentemente em Diniz (2002). Críticas semelhantes aparecem em Biddle (1989) e Lieber (2000). Para a defesa das abordagens do balanço ataque-defesa, além de Jervis (1978), ver Van Evera (1998) e Lynn-Jones (1995; 2001).

¹⁰ Para a perspectiva que coloca o realismo estrutural não como uma teoria isolada, mas como um Programa de Pesquisa Científica, ver Mendes (2013).

para manter sua posição relativa no sistema? Acredita-se que a proposição defensiva tenha se originado da perspectiva seminal do próprio Waltz:

Em contraste [com o realismo clássico de Morgenthau], o neorealismo vê o poder como um fim possivelmente útil, e os estados correm riscos se possuírem poder de menos ou em demasia. Fraqueza excessiva pode incentivar um ataque de um adversário, que de outra forma teria sido dissuadido por uma força maior. Força excessiva pode levar os outros estados a aumentarem suas armas e a somarem seus esforços contra o estado dominante. Porque o poder é um meio possivelmente útil, estadistas razoáveis buscam tê-lo em quantidade apropriada. Em situações cruciais, entretanto, a preocupação suprema dos estados não é com o poder, mas com segurança. Esta revisão é importante (Waltz, 1988, p. 616).

De sua parte, o realismo ofensivo¹¹, capitaneado pela teoria de política das grandes potências de Mearsheimer (2001), pressupõe que o principal caminho para a maximização das condições de sobrevivência de um Estado é pela maximização gradual e calculada de poder¹².

A diferença de pressupostos das duas perspectivas, naturalmente, tem impacto direto sobre suas expectativas quanto às possibilidades de cooperação internacional e à viabilidade de se contornar ou mitigar o dilema da segurança. Assim, Jervis (1999) propõe entender a clivagem realismo defensivo x ofensivo em termos da fronteira de eficiência paretiana: para os realistas defensivos, posto que parte da competição internacional é desnecessária por ser fruto não de intenções revisionistas, mas da incerteza gerada pelo potencial ofensivo das posturas de força, os Estados estariam fora da fronteira de Pareto, e, portanto, haveria espaço para o aprimoramento geral¹³; para os realistas ofensivos, os Estados já se encontrariam na fronteira, podendo aprimorar sua posição apenas em detrimento dos demais. Para Taliaferro (2000), mesmo considerando a inevitabilidade do dilema da segurança, os realistas defensivos ainda acreditariam na possibilidade de controlar a intensidade da competição internacional gerada por ele por meio de “modificadores estruturais” (Taliaferro, 2000, 137), sendo o principal deles o

¹¹ Os termos ‘realismo defensivo’ e ‘realismo ofensivo’ foram cunhados em Snyder (1991).

¹² Trabalhos comumente associados à proposição revisionista de poder que caracteriza o realismo ofensivo incluem, além dos textos de Mearsheimer (1990; 1995; 2001): Zakaria (1992; 1998), Schweller (1994; 1996; 1997), Huntington (1993), Labs (1997), Elman (2004) e Layne (2005). Enquanto as contribuições de Zakaria e Schweller incluem variáveis domésticas e encorpam o chamado realismo neoclássico (Rose 1998; Schweller, 2003), as demais contribuições se resumem a trabalhos de revisão ou a testes de hipóteses, sem apresentar uma teoria distintiva de política internacional. Por esta razão, quando se faz referência ao ‘realismo ofensivo’, aqui e em geral, está-se referindo à teoria de política das grandes potências construída por Mearsheimer (2001).

¹³ Um argumento similar é levantado por Glaser (1994), que, num dos textos quintessenciais do realismo defensivo, defende a “cooperação como forma de autoajuda”.

balanço tecnológico entre ataque e defesa¹⁴. Também se tornou comum diferenciar as duas abordagens em termos da ênfase dada à *possibilidade* ou à *probabilidade de conflito*. Para o realismo ofensivo, as grandes potências enxergam umas às outras como revisionistas sedentas por poder e sempre esperam o pior das capacidades alheias – o que é *possível* é o que importa. Para o realismo defensivo, de acordo com o argumento, os Estados reconheceriam que parte do medo e da desconfiança no sistema internacional é infundada, não sendo, assim, levados a equalizar de maneira absoluta capacidades com ameaças: é a *probabilidade* de emprego da força, em relacionamentos e contextos específicos, que influencia o comportamento estatal (Brooks, 1997; Tang, 2008).

Com efeito, toda a base lógica do realismo defensivo depende de que parte significativa da competição internacional por segurança se deva a consequências não intencionadas de posturas originariamente defensivas – ou seja, depende do elemento de *dilema* no dilema da segurança. No entanto, como lembra Schweller (1996), parece faltar o impulso que colocaria as engrenagens em movimento. Afinal, se todas as grandes potências querem apenas se defender, o que elas temem? Qual é a causa imediata do dilema da segurança? Portanto, para que o espiral do dilema da segurança seja ativado é preciso, logicamente, que ao menos algumas potências possam não ser de fato conservadoras – ou que possam deixar de sê-lo em algum momento. Jervis complica ainda mais as coisas ao reconhecer que a fronteira entre revisionismo e preservação pode ser mais tênue do que se imagina:

Para se proteger, os estados buscam controlar, ou ao menos neutralizar, áreas em suas fronteiras. Mas as tentativas de estabelecer zonas-tampão podem alarmar os outros que tenham interesses lá, os quais temem que precedentes indesejáveis sejam criados ou acreditam que sua própria invulnerabilidade será aumentada. Quando tampões são buscados em áreas desprovidas de grandes potências, a expansão tende a se retroalimentar para proteger o que é adquirido, como era frequentemente apontado por aqueles que se opunham à expansão colonial (Jervis, 1978, p. 169).

A existência ou não de um efetivo *dilema* da segurança na política internacional, aparentemente, poderia apresentar um elemento concreto e discernível para diferenciar as duas vertentes do realismo. Para Snyder (2002), por exemplo, se a noção de um ‘dilema da segurança’ se refere à trágica situação em que Estados se armam apenas para se defender, mas acabam, inadvertidamente, por instaurar uma dinâmica competitiva

¹⁴ Outros modificadores estruturais incluem, segundo o autor: proximidade geográfica, acesso a matérias primas, pressão econômica internacional, balanças militares regionais ou diádicas, e a facilidade com que recursos podem ser extraídos de territórios ocupados (Taliaferro, 2000, p. 137).

que diminui a segurança de todos, então esta ideia estaria completamente perdida no universo político do realismo ofensivo. No modelo de Mearsheimer, apesar de se armarem para garantir sua própria sobrevivência, os Estados vêm na agressão e expansão de seu poder relativo a melhor forma de consegui-lo. Portanto, se os Estados temem o pior a partir do fortalecimento dos demais, tal temor é perfeitamente coerente com as *intenções* que levaram os últimos a incrementarem suas capacidades, deixando de caracterizar um dilema da segurança para retratar uma simples competição por segurança (Snyder, 2002). O problema, no entanto, é que isso não é reconhecido pelo próprio Mearsheimer, para quem “[o] ‘dilema da segurança’, um dos mais conhecidos conceitos na literatura de relações internacionais, reflete a lógica básica do realismo ofensivo” (Mearsheimer, 2001, pp. 35-36; aspas no original). Mas será possível conciliar o entendimento original do dilema da segurança com o quadro da política internacional pintado pelo realismo ofensivo?

Considerando que Mearsheimer parte do pressuposto waltziano fundamental da ‘maximização das condições de sobrevivência’, em vez de supor outros objetivos – como glória ou riqueza, por exemplo -, pode-se argumentar que o elemento de *dilema* no dilema da segurança não deixa efetivamente de existir, mas antes é apenas deslocado. Se maior segurança implica aumento de poder, e sendo os recursos de poder finitos e divisíveis, então a competição por segurança se confunde com a competição por esses recursos de poder, convertendo-se, portanto, num jogo de soma zero. Assim, aumento de segurança para um *necessariamente* significa decréscimo de segurança para outro(s), que é a essência do dilema. Afinal, não é possível que todos aumentem seu poder *relativo* ao mesmo tempo. A diferença agora diz respeito simplesmente às possibilidades de arrefecimento da dinâmica: realistas defensivos – particularmente aqueles comprometidos com as variáveis vinculadas ao balanço ataque-defesa – acreditam que o dilema pode ser mitigado ou eliminado, ao passo que a *rationale* proposta pelo realismo ofensivo prevê que o dilema da segurança seja inerentemente inescapável e severo¹⁵.

¹⁵ Pode-se argumentar ainda que o dilema da segurança é um elemento essencial não só do debate intrarrealista, mas também de debates importantes que opõem o realismo estrutural a outras vertentes teóricas. O debate institucional, por exemplo, tem um componente importante relacionado ao papel de instituições internacionais na mitigação de problemas de segurança na anarquia (Glaser, 1994; Mearsheimer, 1995; Keohane & Martin, 2003; Jervis, 1999). O argumento construtivista também pode ser amplamente entendido em torno da existência ‘natural’ do dilema da segurança *versus* sua construção social intersubjetiva (Wendt, 1992).

Considerações finais: a síntese BJJ

Para concluir a presente discussão teórica do dilema da segurança e sumarizar suas principais lições, é útil explorar uma formulação mais recente proposta por Tang (2010), que buscou sintetizar os elementos contidos nas discussões seminais de Butterfield, Herz e Jervis. Segundo Tang, a formulação BJJ – em referência às iniciais dos nomes dos referidos autores - apresenta oito aspectos que, somados, retratariam por completo o dilema da segurança e suas implicações. São eles:

- i. A origem do dilema da segurança é a natureza anárquica da política internacional;
- ii. Sob anarquia os Estados nunca podem estar certos quanto às intenções presentes e futuras dos demais, o que gera um temor compartilhado;
- iii. O dilema da segurança tem origem não intencional (os Estados envolvidos querem apenas segurança, e não intencionalmente ameaçar os outros);
- iv. Diante do medo e da incerteza, os Estados acumulam capacidades para se defender, as quais inerentemente apresentam atributos ofensivos;
- v. As dinâmicas do dilema da segurança se reforçam e frequentemente geram espirais negativas e não intencionais, tais como corridas armamentistas;
- vi. As dinâmicas do dilema da segurança tornam contraprodutivas algumas medidas de segurança – como o acúmulo excessivo de capacidade militar;
- vii. O círculo vicioso do dilema da segurança pode trazer resultados trágicos, como guerras que seriam, em princípio, evitáveis;
- viii. A intensidade do dilema da segurança é regulada por fatores materiais e psicológicos (Tang, 2010, p. 39-40).

Ao tempo em que oferece um ponto de partida útil para a discussão do dilema da segurança, a síntese proposta por Tang precisa ser problematizada. Em primeiro lugar, considerar a incerteza quanto às intenções dos demais e o temor derivado dela como uma característica própria da anarquia, da forma descrita pelo segundo elemento da síntese, é um equívoco. A incerteza quanto às intenções dos outros é uma condição humana que só pode ser anulada por completo, no limite, com o desenvolvimento de

dispositivos que permitam a leitura das mentes alheias¹⁶. Um indivíduo que viva numa sociedade hierárquica não tem melhores condições de saber as intenções *reais* de seu vizinho do que um Estado tem de apurar a intenção dos demais Estados no sistema internacional. A real distinção se dá pelas *implicações* da incerteza e do medo nos ambientes doméstico e internacional. A perspectiva de uma sanção certa¹⁷ contra comportamentos temidos, própria de um ambiente hierárquico em adequado funcionamento, permite aos indivíduos viver confortavelmente diante das incertezas. Já no ambiente anárquico da política internacional, a ausência dessa perspectiva produz um desconforto permanente diante das incertezas, particularmente em contextos temerosos, desconforto este que só pode ser diminuído mediante as formas de autoajuda – entre as quais se destacam a formação de alianças e o fortalecimento militar, ambos elementos que reforçam o dilema da segurança. E, da mesma maneira, o medo, apesar de presente em configurações hierárquicas e anárquicas, tem consequências distintas nos dois ambientes sobre o comportamento das unidades.

Em segundo lugar, a exigência de que as intenções originais devam revelar cálculos estritamente de segurança, e não de agressividade, pode ser analiticamente inviável. Como lembra Jervis, “não podemos contrastar universalmente expansionismo com a busca por segurança. O primeiro pode, de fato, ser perseguido como um caminho para a segunda” (Jervis, 2001, p. 40). Este é, conforme se argumentou acima, um elemento essencial da *rationale* do realismo ofensivo.

O oitavo elemento da formulação BHI também demanda algumas considerações. Quando se fala de fatores psicológicos na discussão do dilema da segurança, normalmente está-se referindo a duas coisas: (i) à existência de um balanço ataque-defesa *percebido* ou *imaginado* pelos líderes dos Estados num determinado momento histórico (Van Evera, 1998; Christensen e Snyder, 1990) ou (ii) à crença de que conflitos de interesse sejam irreconciliáveis quando, na realidade, são conciliáveis (Tang, 2010, p. 43-47; Schweller, 1996). No primeiro caso, para além dos problemas tradicionais de identificação e manipulação de variáveis perceptivas, para que se tenha

¹⁶ A teoria dos jogos discute como atores em interação estratégica podem sinalizar suas intenções aos demais mediante a absorção de custos que seriam muito altos na presença de comportamentos distintos do anunciado. Ver, por exemplo, Dixit & Skeath (1999, p. 263-295). Entretanto, apesar de ser possível diminuir as incertezas por meio desta forma de *sinalização*, elas nunca vão ser eliminadas por completo. Além disso, em contextos estritamente competitivos a sinalização não é uma alternativa.

¹⁷ A certeza da sanção não é realmente necessária, basta que haja uma probabilidade alta o suficiente para que o risco de prejuízo ao perpetrador seja maior do que o benefício esperado da ação transgressora. Por outro lado, uma agência punitiva muito ineficiente – com probabilidade de sanção nula ou muito baixa –, pode transformar um ambiente formalmente hierárquico num ambiente anárquico de fato.

uma dimensão real de seu peso e relevância é necessário o desenvolvimento de uma teoria complementar que explique (a) o que determina a criação de percepções e (b) em quais circunstâncias elas exercem alguma influência. Caso contrário, a inclusão dessas variáveis seria teoricamente vazia. No segundo caso, quando dois ou mais Estados não possuem intenções genuinamente agressivas, mas não obstante compitam entre si por efeito do dilema da segurança, acredita-se que a disputa entre eles é fruto de um conflito ilusório – e, portanto, de ordem psicológica - de interesses. Para Schweller (1996, pp. 117-119), por exemplo, a teoria de Waltz não pode partir do nível estrutural para explicar o dilema da segurança, devendo recorrer a erros de percepção ou a medos infundados.

Aqui existe um problema de aceção. Considera-se como único conflito real de interesses possível a presença de propósitos políticos positivos, de um lado, e negativos, de outro. Em outros termos, interesses realmente irreconciliáveis existiriam apenas entre um Estado revisionista e um conservador. Contudo, é possível conceber uma importante fonte de conflito *real* de interesses entre Estados conservadores: a margem de segurança com que cada um se sente confortável. Na medida em que margem de segurança seja uma noção relacional, que depende não da avaliação absoluta das capacidades de um Estado, mas de sua posição relativa na distribuição sistêmica de recursos, é concebível que Estados conservadores conflitam sobre o quão seguros eles se sentem diante de uma dada distribuição, e esse seria um conflito de interesses real, não ilusório. Poder-se-ia dizer inclusive que este tipo de conflito de interesses, além de real, é a condição de possibilidade para a ocorrência de um efetivo *dilema* da segurança de ordem estrutural.

Por fim, o oitavo elemento da formulação menciona ainda reguladores materiais da intensidade do dilema da segurança. Consideramos que esta seja uma variável importante e condizente com a lógica do realismo estrutural, porém não pela incorrigível via dos teóricos do balanço ataque-defesa¹⁸. A própria discussão de Waltz acerca do impacto dos armamentos nucleares sobre a política internacional fornece um entendimento acerca de como uma variável material do nível das unidades¹⁹ (tecnologia) afeta um efeito estrutural importante (dilema da segurança) (Waltz, 1981; 1988). Contudo, o principal fator material que o realismo estrutural traz à mesa para a

¹⁸ Ver nota 11 acima.

¹⁹ Curiosamente, Waltz não percebe como a proliferação nuclear pode ser acoplada ao argumento estrutural, mediante seu efeito sobre a *distribuição de capacidades no interior do sistema*. Assim, a nuclearização por parte de um Estado pode – e deve - ser tratada não (somente) como uma transformação unitária, mas também estrutural, em que pese a eventual nova posição relativa que o Estado em questão passa a ocupar no sistema internacional.

apreensão do dilema da segurança é a distribuição de capacidades no interior do sistema internacional – ou, em outras palavras, como diferentes polaridades induzem a comportamentos distintos para lidar com o dilema. Já o tratamento adequado da eventual influência de fatores psicológicos, como sugerido na literatura em distinções do tipo dilema da segurança subjetivo/imaginado x dilema da segurança objetivo/real, requer a inclusão de variáveis analíticas fora do escopo do programa de pesquisa no interior do qual o debate tem tido lugar.

Referências Bibliográficas

BIDDLE, Stephen B. (1989) The State of Knowledge on the Determinants of the Offensiveness and Defensiveness in Conventional Ground Forces. Alexandria: Institute for Defense Analyses.

BROOKS, Stephen G. (1997) Dueling Realisms. *International Organization*, vol. 51, n. 3, pp. 445-77.

BUTTERFIELD, Herbert. (1951) History and Human Relations. London: Collins.

COLLINS, Alan. (2004) State-Induced Security Dilemma: Maintaining the Tragedy. *Cooperation and Conflict*, vol. 39, n. 1, pp. 27-44.

CLAUSEWITZ, Carl Von. (1993) On War. New York: Alfred A. Knopf.

CHRISTENSEN, Thomas; SNYDER, Jack. (1990) Chain Gangs and Passed Bucks: Predicting Alliance Patterns in Multipolarity. *International Organizations*, vol. 44, n. 2, pp. 137-168.

DELBRÜCK, Hans. (1990) History of the Art of War (Vol. 4): The Dawn of Modern Warfare. Lincoln: University of Nebraska Press.

DINIZ, Eugenio. (2002) Clausewitz, o Balanço Ataque-Defesa e a Teoria das Relações Internacionais. Rio de Janeiro: UFRJ, mimeo., (Tese de Doutorado).

DIXIT, Avinash; SKEATH, Susan. (1999) Games of Strategy. New York: W. W. Norton & Company.

DUARTE, Érico; MENDES, Flávio P. (2015) A Ciência da Guerra: Epistemologia e Progresso nos Estudos Estratégicos. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, vol. 2, n. 2, pp. 129-150.

ELMAN, Colin. (2004) Extending Offensive Realism: The Louisiana Purchase and America's Rise to Regional Hegemony. *American Political Science Review*, vol. 98, n. 4, pp. 563-576.

GLASER, Charles L. (1994) Realists as Optimists: Cooperation as Self-Help. *International Security*, vol. 19, n. 3, pp. 50-90.

GLASER, Charles L. (1997) The Security Dilemma Revisited. *World Politics*, vol. 50, pp. 171-201.

GRAY, Colin. (1995) Clausewitz Rules, ok? The Future is the Past – with GPS. *Review of International Studies*, Vol. 25, N. 5, pp. 161-182.

HERZ, John H. (1950) Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World Politics*, vol. 2, n. 2, pp. 157-180.

HUNTINGTON, Samuel P. (1993) Why Primacy Matters. *International Security*, vol. 17, n. 4, pp. 68-83.

JERVIS, Robert. (1978) Cooperation under the Security Dilemma. *World Politics*, vol. 30, n. 2, pp. 167-214.

JERVIS, Robert. (1999) Realism, Neoliberalism and Cooperation: Understanding the Debate. *International Security*, vol. 24, n. 1, pp. 42-63.

JERVIS, Robert. (2001) Was the Cold War a Security Dilemma? *Journal of Cold War Studies*, vol. 3, n. 1, pp. 36-60.

KENNEDY, Paul. (1988) *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Power from 1500 to 2000*. London: Unwin Hyman.

KEOHANE, Robert O.; MARTIN, Lisa. (2003) Institutional Theory as a Research Program. In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge: MIT Press, pp. 71-108.

LABS, Eric J. (1997) Beyond Victory: Offensive Realism and the Expansion of War Aims. *Security Studies*, vol. 6, n. 4, pp. 1-49.

LAYNE, Christopher. (2005) The 'Poster Child for Offensive Realism': America as a Global Hegemon. *Security Studies*, vol. 12, n. 2, pp. 120-164.

LIEBER, Keir. (2000) Grasping the Technological Peace: the Offense-Defense Balance and International Security. *International Security*, vol. 25, n. 1, pp. 71-104.

LYNN-JONES, Sean M. (1995). Offense-Defense Theory and Its Critics. *Security Studies*, Vol. 4, No. 4, pp. 660-691.

LYNN-JONES, Sean M. (2001) Does Offense-Defense Theory has a Future? GERSI/REGIS Working Paper. Disponível em www.ciaonet.org/wps/lys03.pdf

MCNEILL, William H. (1982) *The Pursuit of Power: Technology, Armed Force, and Society since 1000 A.D.* Chicago: University of Chicago Press.

- MEARSHEIMER, John J. (1990) Back to the Future: Instability in Europe After the Cold War. *International Security*, vol. 15, n. 1, pp. 3-54.
- MEARSHEIMER, John J. (1995) The False Promise of International Institutions. *International Security*, vol. 19, pp. 4-49.
- MEARSHEIMER, John J. (2001) *The Tragedy of Great Powers Politics*. New York: Norton & Company.
- MENDES, Flávio P. (2013) *Lakatos, o Realismo Ofensivo e o Programa de Pesquisa Científico do Realismo Estrutural*. IRI/USP (Tese de Doutorado).
- MILNER, Helen. (1993) The Assumption of Anarchy in International Relations. In: BALDWIN, David A. (Ed.) (1993) *Neorealism and Neoliberalism: the Contemporary Debate*. New York: Columbia University Press.
- MORGENTHAU, Hans J. (2003) *A Política entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília.
- O'CONNELL, Robert L. (1985) *Of Arms and Men: A History of War, Weapons and Aggression*. New York: Oxford University Press.
- ORME, John. (1997/1998) The Utility of Force in a World of Scarcity. *International Security*. Vol. 22, N. 3, pp. 138-167.
- POSEN, Barry. (1993a) Nationalism, the Mass Army, and Military Power. *International Security*, Vol. 18, N. 2, pp. 80-124.
- POSEN, Barry. (1993b) The Security Dilemma and Ethnic Conflict. *Survival*, Vol. 35, N. 1, pp. 27-47.
- PROENÇA Jr., Domício; DINIZ, Eugenio; RAZA, Salvador G. (1999) *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- PROENÇA Jr., Domício. (2011) Promessa Tecnológica e Vantagem Combatente. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 54, n. 2, pp. 173-188.
- ROSE, Gideon. (1998) Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. *World Politics*, vol. 51, n. 1, pp. 431-464.
- SCHWELLER, Randall. (1994) Bandwagoning for Profit: Bringing the Revisionist State Back In. *International Security*, 19, pp. 72-107.
- SCHWELLER, Randall. (1996) Neorealism's Status Quo Bias: What Security Dilemma?. In: FRANKEL, B. (Ed.) (1996) *Realism: Restatements and Renewal*. London: Frank Cass, pp. 90-121.
- SCHWELLER, Randall. (1997a) *Deadly Imbalances: Tripolarity and Hitler's Strategy of World Conquest*. New York: Columbia University Press.

SCHELLING, Thomas C. (1966) *Arms and Influence*. New Haven: Yale University Press.

SCHWELLER, Randall. (2003) "The Progressiveness of Neoclassical Realism". In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge: MIT Press, pp. 311-348.

SCHMITT, Carl (1996) *The Concept of the Political*. Chicago: University of Chicago Press.

SNYDER, Glenn H. (2002) Mearsheimer's World: Offensive Realism and the Struggle for Security. *International Security*, vol. 27, n. 1, pp. 149-173.

TANG, Shiping. (2008) Fear in International Politics: Two Positions. *International Studies Review*, 10, pp. 451-471.

TANG, Shiping. (2010) *A Theory of Security Strategy for Our Time*. New York: Palgrave MacMillan.

TALIAFERRO, Jeffrey W. (2000) Security Seeking Under Anarchy: Defensive Realism Revisited. *International Security*, vol. 25, n. 3, pp. 128-161.

TILLY, Charles. (1990) *Coercion, Capital and European States: AD 990-1990*. Cambridge: B. Blackwell.

VAN EVERA, Stephen. (1994) Hypotheses on Nationalism and War. *International Security*, Vol. 18, N. 4, pp. 5-39.

VAN EVERA, Stephen. (1998) Offense, Defense and the Causes of War. *International Security*, vol. 22, n. 4, pp. 5-43.

WALTZ, Kenneth N. (1979) *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill.

WALTZ, Kenneth. (1981) The Spread of Nuclear Weapons: More may be Better. *The Adelphi Papers*, Vol. 21, N. 171, pp. 383-428.

WALTZ, Kenneth N. (1988) The Origins of War in Neorealist Theory. *Journal of Interdisciplinary History*, vol. 18, n. 4, pp. 615-628.

WENDT, Alexander. (1992) Anarchy is what States Make of It: the Social Construction of Power Politics. *International Organization*, vol. 46, n. 2, pp. 391-425.

ZAKARIA, Fareed. (1992) Realism and Domestic Politics: A Review Essay. *International Security*, vol.17, n. 1, pp. 177-198.

ZAKARIA, Fareed. (1998) *From Wealth to Power: The Unusual Origin of America's Global Role*. Princeton: Princeton University Press.